



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Subscrito Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 126525-4/01 - Comarca do Recife ✓

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargado: Companhia Eletro Metalúrgica do Brasil - Norlar.

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DOS JUROS DE 0,5% AO ANO. POSSIBILIDADE. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. 1. Se verifica às fls. 92 dos autos a memória discriminada de cálculo de atualização monetária relativa à ação ordinária nº 1.396/84, onde se aplicou o percentual de 6% (seis por cento) ao ano referente aos juros e não de 12% (doze por cento) como afirma o embargante. 2. Assim, não houve excesso relativo aos valores do precatório já percebido pela ora embargado, bem como no concernente ao precatório complementar nº 99.08883-8, logo, devem ser inscritos em precatório complementar os valores contidos nas planilhas de fls. 149/152 dos autos, onde restou demonstrado o crédito relativo à correção entre julho/2000 (data da inscrição) até janeiro/2002 (data do pagamento), razão que não considero vulnerados os arts. 468 e 741, V, do CPC. 3. Aclaratórios à unanimidade improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 126525-4/01, acima referenciados, julgados nesta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 17 de *dezembro* de 2009

[Assinatura]
Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Substituto Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 126525-4/01- Comarca do Recife

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargado: Companhia Eletro Metalúrgica do Brasil - Norlar.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de embargos de declaração diante de acórdão assim ementado:

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. LAPSO TEMPORAL DE DOIS ANOS ENTRE A INSCRIÇÃO EM PRECATÓRIO E O EFETIVO PAGAMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. POSSIBILIDADE. APELO PROVIDO. 1. A inscrição em precatório aconteceu em 01 de julho de 2000, porém o efetivo pagamento apenas foi realizado em 19 de setembro de 2002. 2. Verifica-se ainda, às fls. 92, que a memória discriminada de cálculo de atualização monetária, relativa à ação ordinária nº 1.396/84, aplicou o percentual de 6% (seis por cento) ao ano referente aos juros e não de 12% (doze por cento). 3. Sendo assim, deve ser efetuada a inscrição em precatório complementar dos valores contidos nas planilhas de fls. 149/152 dos autos, onde restou demonstrado o crédito relativo à correção monetária entre julho/2000 (data da inscrição) até janeiro/2002 (data do pagamento). 4. Apelo provido por unanimidade (AC 126525-4, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 20/08/2009).

Segundo o embargante, a citada decisão teria se lastreada em embasamento equivocado, pois o cálculo do precatório que foi pago extemporaneamente, em 17/02/92, não utilizou o índice de 0,5% a.m., como forma de contagem de juros, assim existente o erro material, prequestionando-se explicitamente os arts. 468 e 741, V, do CPC, ditos violados.

VOTO

A questão devolvida ao conhecimento deste colegiado no caso concreto diz respeito à suposta ocorrência de erro material no acórdão transcrito, uma vez que o mesmo partiu da equivocada premissa de que o cálculo do precatório original havia utilizado o valor dos juros de 0,5%.

Ocorre que a referida afirmação não deve prosperar, isso porque se verifica às fls. 92 dos autos a memória discriminada de cálculo de atualização monetária relativa à ação ordinária nº 1.396/84, onde se aplicou o percentual de 6% (seis por cento) ao ano referente aos juros e não de 12% (doze por cento) como afirma o embargante.

No mais, não vislumbro, que houve, na situação em exame, excesso relativo aos valores do precatório já percebido pela ora embargado, bem

238 22 C
como no concernente ao precatório complementar nº 99.08883-8, logo, devem ser inscritos em precatório complementar os valores contidos nas planilhas de fls. 149/152 dos autos, onde restou demonstrado o crédito relativo à correção entre julho/2000 (data da inscrição) até janeiro/2002 (data do pagamento).

Diante de todo exposto, nego provimento aos aclaratórios, não considerando vulnerados os dispositivos de lei explicitamente prequestionados.

É como voto.

Recife, 17 de agosto de 2009


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator